



FLEXÃO NOMINAL: PROBLEMAS DE GÊNERO E GRAU, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No uso corrente, a palavra *língua*, aplicada ao que se diz ou escreve, tem um sentido frouxo e impressionístico. O homem comum não tem a menor dificuldade ou hesitação em empregar o termo, mas o faz de uma maneira intuitiva e não-refletida, de sorte que é incapaz de explicar por que o faz. J. M. Câmara Jr. (1985: 7)

Sob sua primeira forma, quando foi dada aos homens pelo próprio Deus, a linguagem era um signo das coisas absolutamente certo e transparente. M. Foucault (1966: 49)

Marlon Leal RODRIGUES¹ (PG – UNICAMP)

0. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar, ainda que de forma elementar, alguns problemas conceituais relativos à flexão nominal, em específico, algumas questões relacionadas ao gênero e ao grau, isto a partir de uma perspectiva histórica. Convém ressaltar que este problema é muito mais referente a questões teóricas de descrição do que propriamente de ordem pragmática.

1. Brevidade histórica

O que se denomina de disciplina gramatical teve sua origem na Grécia Antiga, muito embora se reconheça que, muito tempo antes dos gregos, os hindus já haviam feito uma descrição gramatical do sânscrito, com objetivos de ordem religiosa, tendo Panini como expoente.

Os gregos, pais da filosofia ocidental, cujo olhar reflexivo não deixava quase nada escapar, submeteram a uma compreensão filosófica as categorias, a matéria, a ética, a moral, as finalidades primeiras e últimas, a essência. Assim, a linguagem, especificamente a gramática, não escapou também a essa contemplação, de forma que ainda hoje participamos desse debate não menos caloroso e apaixonante que aquele da Grécia Antiga.

¹ Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado, desde 2002, na Universidade Estadual de Campinas-SP.

Se o estudo da linguagem, da língua e da gramática, situava-se, nessa época, no âmbito da filosofia, contemporaneamente ele possibilitou o aparecimento de disciplinas autônomas, como a filosofia da linguagem e a lingüística.

A partir dessas considerações básicas, procedo a um primeiro recorte que toma a classe de palavras como ponto de partida, lembrando que, no início, os estudos eram realizados em uma perspectiva e visão filosóficas, e não pensando a linguagem como um todo.

Assim, Platão, refletindo sobre a linguagem, examinou o discurso (*logos*) como entidade digna de ser apreendida em sua natureza declarativa que espelharia um certo vínculo entre *agente* e *ação*.

Aristóteles, seguindo o legado platônico, acrescentou a categoria *conjunção* e posteriormente a de *artigo*, *pronome* e *preposição*, além de identificar a categoria *tempo* manifestada no verbo.

Já os estóicos, por sua vez, no afã de descreverem a simetria entre a estrutura do pensamento e a linguagem, terminaram por identificar algumas partes do discurso, como o verbo, a conjunção e o artigo. Se a contribuição, entre outras, de Aristóteles foi a de descrever a flexão nominal, os estóicos, em contrapartida, reconheceram a existência de três gêneros, o masculino, o feminino e o neutro, este que rigorosamente significa “nem um, nem outro” (*oudétoron*).

As categorias de caso surgiram de reflexões desses estudiosos, e serviram de base para a inclusão dos adjetivos na classe nominal. A noção gramatical de tempo e a noção de aspecto propiciaram que a gramática desse seus primeiros passos rumo à libertação da filosofia.

A disciplina gramatical de criação helenística tinha por finalidade cultivar e sentir aquilo que o espírito havia criado e elaborado. Ela ganhou relativa independência com Dionísio da Trácia e com Apolônio. A gramática em sua caminhada teve a sintaxe como o ponto de reflexão com Apolônio. Ele encadeou as unidades menores até as maiores de forma hierarquizada como partes de discurso.

A cultura latina, marcada pela grega em seus vários aspectos, também contribuiu de forma significativa para pensar a constituição da gramática. Assim,

Prisciano deixou o legado da descrição morfológica das classes vocabulares ou flexionais. Ele descreveu oito classes com seus respectivos acidentes, entre os quais, o gênero e o grau.

Varrão, o primeiro gramático latino, preocupou-se com as questões etimológicas e com aspectos regulares e irregulares da linguagem, e também pesquisou a flexão que se caracterizou pela generalidade e pela sistematicidade. Foi ele quem identificou as classes que comportam a flexão – o nome, o verbo, o particípio – além das classes invariáveis, que não se flexionam, como o advérbio e a conjunção.

Na Idade Média, Santo Tomás de Aquino retoma vigorosamente a doutrina aristotélica e prisciana, que propiciaram o estudo das classes das palavras e a noção de acidente. Os estudos nesta época estabeleceram uma conexão entre as categorias gramaticais e o estudo das frases ao distinguirem sintaticamente, por exemplo, gênero e grau.

Como de tempos em tempos, em algumas áreas do conhecimento, efetua-se uma grande síntese que, geralmente, também resulta em certas contribuições, é neste aspecto que se faz importante considerar a gramática de Port-Royal de Arnauld e Lancelot (1612-1699), que sedimenta e define, em muitas formas, o modelo gramatical que ainda se utiliza como parâmetro.

Também não é possível deixar de apontar Barbosa (1871) que, sob forte influência iluminista (século XVII), além de criticar duramente os que o antecederam, defendia que a língua era um instrumento analítico do pensamento e que devia ser regulada por princípios universais. No entanto, Barbosa apresenta uma nomenclatura muito complexa em sua elaboração. Sem dúvida foi um autor de destaque.

Em uma visão diacrônica, é importante ressaltar que apareceram autores como Júlio Ribeiro e João Ribeiro que deram um destaque significativo ao estudo da forma de palavras, e, com isso, à disciplina Lexicologia.

Esta trajetória histórica que apresentamos detém-se aqui um pouco no projeto da NGB – Norma Gramatical Brasileira (13/8/1957) de elaboração de Antenor Nascente, Clóvis Monteiro, Cândido Jucá (filho), Celso Cunha e Rocha Lima. Após longa e calorosa discussão, foi constatado um aspecto peculiar, um tanto mais político

do que científico, nas conclusões chegadas, de acordo com a análise de Bidermam (1978).

A NGB lista dez classes de palavras das quais seis são variáveis, substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral e verbo; e quatro são invariáveis, preposição, conjunção, interjeição e advérbio.

Entre tantas polêmicas, a flexão nominal de gênero e de grau não ficou de fora, com será abordado nas seções seguintes.

2. Flexão nominal: problema de gênero e de grau.

A brevidade histórica do tópico anterior talvez autorize pensar, de forma muito ingênua e precipitada que, neste rastro de séculos, a questão do gênero e grau tenha se apresentado como algo simples. No entanto, desde a descoberta de tais categorias com os gregos, vem sendo uma questão polêmica e controvertida que ainda demanda reflexões e posições.

De acordo com Mattoso (1981: 59), o mecanismo de flexão nominal em português se encontra nas classes dos substantivos, adjetivos e verbos. No substantivo e adjetivo para expressarem número e gênero. Considera que o mecanismo de flexão é muito simples e uniforme, pois ele consiste em uma oposição privativa, ou seja, “a um forma singular ou masculina, sem marca própria desta categoria, opõe-se, respectivamente, a forma plural ou a forma feminina, caracterizado por um sufixo flexional específico”, afirmando ainda que se há uma certa complexidade nesse mecanismo, ela deve-se à possibilidade de “mudança morfofonêmica que certas estruturas vocabulares exigem”.

De forma muito elementar abordaremos alguns desses problemas.

2.1 Problemas de gênero, uma certa trajetória

A língua portuguesa, de família indo-européia, mais precisamente do tronco latino, possui dois gêneros, o masculino e o feminino, que são resultado de uma redução

ou simplificação dos três casos latinos, a saber, o masculino, o feminino e o neutro. Falaremos um pouco de algumas concepções a respeito do gênero.

Para Mattoso (1958: 72), o gênero, no caso o masculino e o feminino, se torna mais explícito através de um adjetivo. Lembra que o gênero neutro, no latim clássico (idem, 79), não correspondia a um conceito nítido, uma vez que era uma idiossincrasia formal dos nomes na língua e sua marca formal era muito fraca. Ainda para Mattoso (ibidem, 74) “a oposição entre masculino e feminino (...) só nos adjetivos aparecia com nitidez formal e plena”.

O desaparecimento dos casos latinos, em particular a redução dos nomes à forma única do acusativo, tornou a flexão de número simples, com o morfema /s/, ao passo que a redução de três gêneros para dois não causou o mesmo efeito, pois em português este ocorre por meio da desinência {-a} no feminino e da desinência zero, {0}, para a forma masculina, considerando ainda que em alguns substantivos não há flexão de gênero. Assim, o caráter masculino ou feminino da palavra está de forma imanente na palavra e possui uma natureza lexical e não flexional, conforme Mattoso (p. 76-7).

Carvalho e Nascimento (1984: 81), de forma muito breve, comentam que as causas desse desaparecimento, entre outras, estão também relacionada a fatores de ordem fonética (formas analógicas), na redução de casos, e de ordem “psicológica” (não-necessidade da oposição), em relação ao gênero.

Mesmo com o desaparecimento do neutro em português, para Carvalho e Nascimento (p. 82), ficaram alguns vestígios como nas formas dos pronomes indefinidos, tudo, nada, algo, quando referidos a coisas; e nas formas adjetivas, o útil, o agradável e o belo, também quando fazem referência a coisas. O mesmo se dá no caso de infinitivos substantivados como, por exemplo, o cantar dos pássaros, entre outros casos.

Para Coutinho (1976: 229) “só os seres inanimados é que deveriam logicamente pertencer ao gênero neutro. Assim, era o indo-europeu”. De acordo com esse autor, como a consciência do gênero em latim era advinda da “forma externa”, isto explica, muito em parte, a confusão do povo romano que levou ao enfraquecimento e posteriormente a perda do gênero.

Os gramáticos de Port-Royal (1992: 39-41), envoltos no espírito filosófico cujo objetivo era submeter os fenômenos da linguagem à luz da razão, diziam o seguinte a respeito do gênero:

os homens primeiramente se observaram a si mesmos e, tendo notado entre si uma diferença extremamente considerável, que é a de dois sexos, consideraram adequadamente variar próprios nomes adjetivos, atribuindo-lhes diversas terminações conforme se aplicam aos homens ou às mulheres (...) daí aconteceu que, por comparação com os homens e as mulheres, classificaram todos os outros nomes substantivos com masculinos ou femininos: algumas vezes por algum tipo razão, como os ofícios (...) outras vezes por capricho e por uso sem razão; isto faz com que o gênero varie segundo as línguas e as próprias palavras que uma língua tomou emprestada de outras; e concluem argumentando que o aparecimento ou invenção do gênero no grego e no latim veio provocar certa confusão.

No capítulo V (p. 189-190), os gramáticos Port-Royal afirmam categoricamente que a distinção ou estabelecimento dos “gêneros é algo puramente arbitrário, que não se fundamenta de forma alguma na razão”, uma vez que oferece muito mais desvantagens do que vantagens. Segundo eles, para a questão do gênero oferecer mais vantagens, deveria distinguir apenas o “sexo de quem fala, por isso se deveria limitá-lo aos homens e aos animais”.

Said Ali (1964: 33), antes do projeto da NGB, procurando seguir e fixar uma certa normatização gramatical, concebe o gênero como sendo a distinção em português que se faz entre o masculino e o feminino. Seria o masculino todo nome que fosse possível antepor o artigo **o** ou ajuntar um qualificativo terminado em **o**, ou ainda, pela substituição de uma palavra pelo pronome **ele**.

Se Arnauld e Lancelot consideraram a questão do ponto de vista filosófico, contemporaneamente, Said Ali, Mattos Câmara, Carvalho e Nascimento, Coutinho, o fizeram já dentro de uma disciplina com um certo instrumental formal teórico em desenvolvimento.

Mello (1980: 66-7), também contemporâneo, por sua vez critica em algum aspecto os que o antecederam, pois para ele sobre a questão do gênero se tem dito e escrito “muita coisa errada (...) pelo que é necessário restaurar ou estabelecer as noções corretas”. Para esse autor, “a idéia de gênero puramente gramatical (...) em razão da determinação, de obscuras analogias, ou de pura arbitrariedade”, está colocada de forma

que mostra que há palavras que mudam de gênero ao longo da história de uma língua, como por exemplo, as palavras **fim** e **mar** que já foram femininas e hoje são masculinos.

Luft (1979: 104), de outra parte, afirma ser necessário distinguir gênero gramatical que exige a concordância em {-a) do gênero biológico que é uma “categoria lingüisticamente facultativa, do ponto de vista de interesse ou da necessidade no ato da comunicação”. Ainda acrescenta que a terminologia **masculina** e **feminina** “é inteiramente arbitrária e geradora de confusões”. Assim, apresenta os seguintes exemplos: a) gênero gramatical: este (+a) rosa ou face vermelha (+a) esta rosa vermelha / este cravo ou lápis vermelho; b) gênero biológico: um gato, uma pomba (gata? Pomba?) tenho cinco filhos (um guri e quatro gurias); meus alunos (alunos e alunas).

Muito recentemente, Bechara (1999: 133-4), adotando uma postura muito próxima da dos lingüistas, faz uma crítica a uma certa posição dos gramáticos ao afirmar que a questão do gênero gramatical não tem fundamento racional, “exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma”. Assim, nada em português justifica serem masculinos, lápis, papel, tinteiro; e femininos, caneta, folha e tinta. Para ele, a questão fica mais clara “quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até mesmo no âmbito de uma mesma língua”.

Bechara ainda considera que a mudança de gênero depende de alguns fatores, como aproximações semânticas entre palavras (sinônimas, antônimas), a influência de certas terminações, o contexto lexical de funcionamento da palavra. Conclui que “a própria fantasia que moldura o universo do falante, tudo isto representa alguns fatores que determinam a mudança de gênero gramatical”.

Macambira (1978: 31-2), na tentativa de conceber uma classificação para o substantivo que não a da gramática normativa, baliza-se pelo “paradigma derivacional, lançando mão de oposições formais” e da questão do gênero. Dessa forma, afirma que “se o gênero não for masculino, é claro que o sufixo há de ser -inha, mais fácil de ser mais formalizada a classificação de mesa, mesinha, mesona etc”.

Laroca (1994: 45-6), por sua vez, concebe que o “gênero é uma categoria gramatical que divide os nomes substantivos em masculino e feminino” e uma categorização cujo estatuto “morfológico de gênero do substantivo é lexical” e não

flexional. Para a autora, o gênero caracteriza-se pelo substantivo primitivo quando derivado, e por alguns sufixos derivacionais, como no exemplo a seguir:

Sufixo formadores de substantivos femininos	Substantivos primitivos masculinos	Substantivos derivados femininos
-ADA	Boi, moleque Feijão, limão	Boiada, molecada Feijoada, limonada
Sufixos formadores de substantivos masculinos	Substantivos primitivos femininos	Substantivos masculinos
-AL	Laranja, banana Areia, pomba	Laranjal, bananal Areal, pombal

A autora, ainda, considera que no processo derivacional, o sufixo não tem necessariamente de mudar o gênero do substantivo primitivo, Exemplo: o limão (M) – a limonada (f), a laranja (f) – a laranjada (f).

Mattoso (1981: 61-2), ao abordar “os mecanismos de flexão nominal”, reflete que

desde o velho Bopp há um afã de equiparar a categoria de gênero com a distinção dos sexos no reino animal. Não há dúvida que nos nomes referentes a animais e pessoas existe uma certa correlação entre as duas noções, coincidindo aí freqüentemente o gênero masculino com o sexo masculino e o gênero feminino com o sexo feminino. Mas mesmo no reino animal tal coincidência está longe de ser absoluta. Em português, por exemplo, há nomes com o gênero único para animais (epícnos) e pessoas (sobrecômum), independente do sexo; haja vista (a) cobra, (a) testemunha, (a) criação, (o) tigre, (o) cônjuge. Por outro lado, todos os nomes substantivos têm um gênero e, para nomes de coisas, ele não pode evidentemente se explicar pelo sexo (a flor, o mar, a cadeira, o sofá).

Mattoso conclui que esta questão, a partir da perspectiva do aspecto semântico, pode ser considerada como uma categoria formal para os nomes, assim como nos verbos em que há três conjugações.

Após estas considerações, cumpre agora elaborar um quadro esquemático de forma a sintetizar, elementar e provisoriamente, os problemas de gênero:

1 - Mattoso: a) o gênero se explicita através de um adjetivo; b) o gênero neutro, ainda no latim clássico, não correspondia a um conceito nítido, sua marca formal era muito fraca; c) a oposição entre masculino e feminino possui marca forte nos adjetivos; a redução de três gêneros para dois não simplificou o problema; d) o caráter do gênero está relacionado de forma imanente na palavra e possui uma natureza lexical e não flexional; e) a questão do gênero a partir do aspecto semântico pode ser considerada como uma categoria formal.

2 - Carvalho e Nascimento: o desaparecimento do neutro está relacionado com: a) as causas fonéticas (formas analógicas); b) redução de casos; c) não-necessidade da oposição entre gênero animado e o inanimado; d) o desaparecimento do neutro deixou vestígios: tudo, nada, algo, isto, aquilo, isso etc.

3 - Coutinho: a) só os seres inanimados é que deveriam logicamente pertencer ao gênero neutro.

4 - Said Ali: o gênero é a distinção que em português se faz entre o masculino e o feminino.

5 - Mello: a) critica em algum aspecto os que o antecederam; b) é necessário restaurar ou estabelecer as noções corretas; d) a idéia de gênero puramente gramatical é pura arbitrariedade.

6 - Luft: afirma ser necessário distinguir gênero gramatical de gênero biológico.

7 - Bechara: a) adota uma postura muito próxima da dos lingüistas; b) mudança de gênero depende de alguns fatores, como aproximações semânticas entre palavras (sinônimas, antônimas). Considera que há influência de certas terminações e o contexto lexical de funcionamento da palavra.

8 - Macambira: utiliza-se da categoria gênero para tentar classificar o substantivo.

9 - Laroca: a) o estatuto morfológico de gênero do substantivo é lexical e não flexional; b) no processo derivacional, o sufixo não tem que necessariamente mudar o gênero.

10 – Arnauld e Lancelot: a) imbuídos de espírito filosófico; b) os homens observam a si para depois nomearem os gêneros; c) nomeiam também com justa e sem razão; d) o gênero é uma invenção dos gregos e latinos; e) a distinção entre gênero é algo perturbador e desnecessário além de oferecer só desvantagem.

2.2 Problemas de grau, outra trajetória

Como o gênero, o grau também perdeu a flexão na passagem do latim para o português, condição que não o tornou menos diverso. Esse recurso objetivava atribuir maior grau de qualidade aos adjetivos entre duas situações/estados simultâneas em que fosse necessário distinguir. De acordo com Mattoso (1985: 86-7), “a flexão está ligada, portanto, associada essencialmente com uma comparação e característica do adjetivo num tipo específico de construção sintática”, ou seja, não é um caso específico de flexão nominal.

No latim, o grau comparativo era expresso pela desinência *-ior* para masculino e feminino, e *-ius* para o neutro, no entanto, ele desapareceu como o gênero neutro. As flexões de grau foram desaparecendo das línguas românicas. Em português ficaram as desinências *-íssimo* ou *-érrimo*, assim, *felicíssimo*, *paupérrimo*. Mattoso (idem, 88) conclui que “a comparação não faz parte do sistema flexional: determina tipos de frase ou estruturas sintáticas”.

Ele considera, ainda, (1982: 83), que “expressão de grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente e não estabelece paradigma exaustivo e de termos exclusivos entre si”. Exemplo: Pedro era mais forte que João.

Para Duarte, na NGB, o adjetivo flexiona em gênero número e grau, o que é contestado, como foi visto acima. Outra crítica diz respeito às formas analíticas que não comportam processos flexionais nem derivacionais, já que se trata de mecanismos sintáticos. Exemplo: *amabilíssimo*, *felicíssimo*. Para Duarte (2000: 29), a NGB está repleta de impropriedades, uma delas “diz respeito aos substantivos epicenos e a formação do feminino por supleção considerando que este é um processo semântico e

não morfológico. O acréscimo de macho e fêmea em nada altera o gênero gramatical”. O exemplo seria cobra macho / cobra fêmea.

Já Mattoso propõe, de acordo com Duarte (idem, 30), uma tipologia mais coerente em relação aos substantivos: a) nomes substantivos de gênero único, ex.: (a) rosa, (a) flor, (a) tribo, (o) planeta; b) nomes de dois gêneros sem flexão, ex.: (o, a) artista, (o, a) intérprete; c) nomes substantivos de dois gêneros, com uma flexão redundante, ex.: (o) lobo, (a) loba, (a) mestra, (o) mestre, (o) autor, (a) autora.

Se Mattoso afirma que o grau não é flexão, Rocha (In Duarte, idem, 79), por sua parte, tem outra perspectiva: “o mecanismo de flexão é uma parte da flexão – no caso o diminutivo – e em parte derivação – no caso do aumentativo, uma vez que o primeiro é regular e sistemático, e o segundo é irregular. Trata-se de um mecanismo híbrido”. No entanto é o próprio Rocha que a seguir faz algumas considerações a respeito de suas próprias conclusões

o mecanismo que acabamos de apresentar seria aceitável. Se considerássemos que os sufixos podem ser aumentativos ou diminutivos. No entanto, é preciso lembrar que a questão é anterior ao aumento ou diminuição de tamanho. Como dissemos linhas acima, devemos generalizar e falar em sufixo avaliativo. Sendo assim, o grau avaliativo é regular e sistemático, porque, dado um substantivo, é possível constatar a existência do mesmo substantivo com marca morfológica de grau, que se realiza na língua através de sufixos.

Duarte comenta que a posição de Rocha coincide com a tradição estruturalista no tocante à posição regularidade/não-regularidade. O mesmo caso se diz da posição de Mattoso. Para ele sempre há opacidade já que o falante pode inclinar-se a usar qualquer uma das formas de graduação ou não.

O próprio Rocha propõe dois quadros para melhor exemplificar suas posições, um em relação às categorias nominais e o outro em relação às regras sintáticas.

1.

Flexões critérios	Nominais	Nominais	Nominais
	Número	Gênero	Grau
Regularidade	+	-	+
Concordância	+	+	-
Opacidade	-	-	+

2.

Regras sintáticas	Relações entre as palavras	Relações entre as palavras	Relações entre as palavras	Relações entre as palavras	Relações entre as palavras
Regras morfológicas	Os	Rios	Mineiros	Parecem	Tristes
Regras morfológicas	Regra de flexão nominal	Regra de derivação e flexão nominal	Regras de flexão nominal	Regras de flexão verbal	Regras de flexão nominal

A respeito destes quadros e sua posição em relação à de Mattoso observa-se o seguinte:

a) a flexão não se limita à variação de um vocábulo para expressar dadas categorias gramaticais, como postula Mattoso, uma vez que o processo, para ele, é mais um mecanismo bem definido como “o campo em que os sistemas de regras sintáticas e morfológicas interagem”. Portanto, trata-se de um mecanismo morfossintático;

b) No que diz respeito à variação numérica do substantivo, indagando se constitui regra de derivação, regra de composição ou regra de flexão, conclui: “trata-se, na verdade, de uma regra de derivação. De fato, se observarmos bem, chegaremos a uma conclusão de que não há diferença de essência entre a derivação e o que a G.T. chama de flexão (...). Trata-se, portanto, de regra de derivação, que, no caso do número, é bastante regular e não apresenta restrições, e no caso do gênero, como vimos, é extremamente regular quanto à produção de itens lexicais”.

Após estas considerações, é possível elaborar um quadro simples e esquemático para procurar sintetizar alguns dos problemas do grau em português:

1 – Mattoso: a) o grau perdeu a flexão; b) a flexão estava associada a uma construção sintática; c) a comparação não faz parte do sistema flexional; d) o grau não é um sistema flexional em português.

2 – Duarte: a NGB está repleta de impropriedades no que diz respeito ao grau.

3 – Para a NGB, o adjetivo flexiona-se em gênero número e grau, fato que é contestado por Mattoso.

4 - Outra crítica: as formas analíticas não comportam processos flexionais nem derivacionais, já que se trata de mecanismos sintáticos.

5 - A supleção é um processo semântico e não morfológico. O acréscimo de macho e fêmea em nada altera o gênero gramatical.

6 - Mattoso propõe uma tipologia mais coerente em relação aos substantivos: a) nomes substantivos de gênero único; b) nomes de dois gêneros sem flexão; c) nomes substantivos de dois gêneros com uma flexão redundante.

7 - Rocha afirma que o mecanismo do grau é uma parte da flexão – no caso do diminutivo – e em parte derivação – no caso do aumentativo, uma vez que o primeiro é regular e sistemático, e o segundo é irregular. Trata-se de um mecanismo híbrido.

8 - Rocha propõe falar em sufixo avaliativo em vez de aumentativo e diminutivo;

9 - A posição de Rocha coincide com a tradição estruturalista no que se refere à posição regularidade/não-regularidade.

10 - A posição de Mattoso também é estruturalista em relação à questão da opacidade, já que o falante pode inclinar-se a usar qualquer uma das formas de graduação ou não.

11- Rocha propõe dois quadros para melhor exemplificar suas posições, um relativo às categorias nominais e o outro, às regras sintáticas.

3. Considerações finais

Após esta trajetória histórica, é possível considerar que muitas das questões que foram elaboradas ainda aguardam novas posições e reflexões que sejam capazes, se não em sua totalidade, pelo menos lançar novos caminhos para os problemas flexionais, quer do gênero, quer do grau.



Referências bibliográficas

- ALI, M. S. (1965). Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos.
- _____. (1964). Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa. Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília.
- ALMEIDA, N. M. de (1962). Noções fundamentais da língua latina. 11a. ed. São Paulo: Saraiva.
- ARNOULD, A. e LANCELOT (1992). Gramática de Port-Royal. São Paulo: Martins Fontes.
- BASTOS, N. B. (org.) (2002). Língua Portuguesa: uma visão em mosaico. São Paulo: IP-PUC-EDUC.
- BECHARA, E. (1999). Moderna gramática portuguesa. 37a. ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CAMARA JR., J. (1985). História e estrutura da língua portuguesa. 4a. ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- _____. (1981). Problemas de lingüística descritiva. 10a. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.
- COUTINHO, I. L. (1976). Gramática histórica. 7a. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- DUARTE, P. M. T. (2000). Classes e categorias do português. Fortaleza: EUFC.
- LAROCA, M. N de C. (1994). Manual de morfologia do português. Campinas: Pontes/UFJF.
- LUFT, C. P. (1979). Moderna gramática brasileira. 3a. ed. Porto Alegre: Globo.
- GARCIA, C. D. (1984). Gramática histórica. 14a. ed. São Paulo: Ática.
- MACAMBIRA, J. R. (1978). A estrutura morfo-sintático do português: aplicação do estruturalismo lingüístico. 3a. ed. São Paulo: Pioneira.
- MELO, G. C. (1980). Gramática fundamental da língua portuguesa. 3a. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A.
- SAMPAIO, B (1953). Elementos de gramática portuguesa. 4a. ed. São Paulo: Editora Livraria João Amêndola.